

Capítulo 8

Assistência Estudantil e Condições de Permanência dos Acadêmicos da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima

Nádia de Paula Pessoa Paludo¹

Sérgio Luiz Lopes²

Introdução

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso realizado com os acadêmicos da Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), com o objetivo de investigar se as ações de assistência estudantil da UFRR ofertadas a esses acadêmicos estão contribuindo para a permanência deles na instituição, bem como compreender as suas condições de permanência na UFRR.

Essa temática emergiu da necessidade de compreender o contexto social em que esses alunos estão inseridos, bem como as condições de permanência oferecidas pela universidade, por considerar que são sujeitos que apresentam maiores dificuldades de acesso ao ensino superior e de ingresso em uma universidade pública. O acesso ou a restrição à alimentação, à moradia e ao transporte, por exemplo, podem impactar significativamente a permanência de estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

A partir dessa problemática, emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: como as políticas públicas de assistência estudantil contribuem

-
1. Assistente social da Universidade Federal de Roraima; mestre em educação pela Universidade Estadual de Roraima. E-mail: nadia.pessoa@hotmail.com.
 2. Professor doutor da Universidade Federal de Roraima; doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: serlupez@yahoo.com.br

para a permanência dos acadêmicos da LEDUCARR? Essa pergunta central desdobrou-se em outras mais específicas, sendo elas: a) como estão as condições atuais de permanência dos acadêmicos da LEDUCARR?; e b) as ações de assistência estudantil da UFRR contribuem para a permanência desses discentes na instituição?

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo de caso junto aos acadêmicos da LEDUCARR, com abordagem qualitativa, cujos sujeitos foram selecionados dentre os 78 acadêmicos matriculados no curso no primeiro semestre de 2023, conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para fazer um recorte anterior à etapa de entrevista.

Com relação aos critérios de inclusão, optou-se por selecionar os acadêmicos com matrícula ativa no primeiro semestre de 2023 e alojados na Residência Universitária (ResU), pois representam uma parcela de estudantes que não residem no município de Boa Vista e, por esse motivo, ficam temporariamente alojados na ResU durante o período do Tempo Universidade (TU). Dentre os discentes declarados como indígenas, optou-se por selecionar apenas aqueles que informaram não receber a bolsa permanência do MEC, em virtude de representarem uma demanda potencial da assistência estudantil.

A entrevista semiestruturada foi realizada no prédio da LEDUCARR (campus Paricarana), em junho de 2023, de forma individual e presencial, conduzida por um roteiro contendo 46 questões norteadoras, distribuídas em três eixos temáticos, com a finalidade de coletar dados acerca da situação familiar e socioeconômica dos entrevistados; das ações de assistência estudantil; e das condições de permanência na instituição. Os dados obtidos foram avaliados segundo o método de análise de conteúdo, de acordo com os passos descritos por Bardin (2016).

Educação do Campo e Formação de Educadores

Formar educadores para atuar nas escolas do campo, sob a perspectiva de uma formação contra-hegemônica, pautada nos interesses dos trabalhadores e não do capital, orientada por concepções e princípios emancipatórios capazes de contribuir para a garantia dos direitos

dos sujeitos do campo, tornou-se prioridade na agenda dos movimentos sociais do campo e dos demais atores envolvidos na luta por uma educação específica para os povos do campo.

De acordo com Arroyo (2010, p. 478), os movimentos sociais do campo colocaram como prioridade “professores do campo nas escolas do campo”, por constatarem que a maioria dos educadores presentes nas escolas classificadas como rurais é proveniente da cidade, sem enraizamento cultural e identitário com os povos do campo, cuja formação não contempla a dinâmica econômica, social, política, cultural e de lutas dessa realidade. Com isso, surgiu a necessidade de uma formação específica para os educadores do campo, sendo tema de discussão nos encontros e debates desses movimentos.

A discussão sobre a necessidade de uma formação profissional voltada à preparação do educador do campo foi realizada na II Conferência Nacional de Educação do Campo (CNEC), ocorrida em 2004, na cidade de Luziânia/GO, evento considerado um marco na luta pela criação de uma política pública de formação de educadores para atuação no campo (CNBB et al., 2004). Nessa ocasião, denunciou-se a grave situação vivenciada pela população do campo, além dos problemas estruturais que envolviam a educação nesse contexto. Os participantes reiteraram a luta por um projeto de sociedade justo, democrático e igualitário, que contemplasse um desenvolvimento sustentável para o campo. No evento, foram feitas uma série de reivindicações em atenção às especificidades dessa realidade, dentre as quais destacou-se a luta por uma política pública permanente de valorização e formação específica para os educadores do campo, as quais foram listadas no documento publicado como “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”.

Diante dessas solicitações, é possível compreender a importância da valorização e da busca pela formação profissional do educador do campo, de modo que a formação almejada possa atender às especificidades das escolas do campo, integrando-se a um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo e para aqueles que vivem nele e dele.

Nesse sentido, em atendimento a essas reivindicações, o governo brasileiro instituiu programas voltados à formação específica para os

educadores do campo, a partir da implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada. É nesse contexto que surgiu o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), com a finalidade de fomentar a criação de cursos de Licenciatura Plena em Educação do Campo (LPEC) em instituições públicas de ensino superior no país (Alencar, 2010).

Dessa forma, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo implantados a partir do PROCAMPO surgiram da necessidade de formar educadores para atuar nas escolas da educação básica, situadas no campo, com habilitação em diferentes áreas do conhecimento. Molina (2015) destaca que os cursos vão além da formação para a docência; eles visam preparar os profissionais também para atuar na gestão de processos educativos escolares e comunitários, para que sejam capazes de entender criticamente esses processos e sobre eles intervir, resultando no perfil de educadores que se pretende formar.

Por esse motivo, os cursos priorizam o ingresso dos próprios sujeitos do campo, especialmente aqueles que atuam como educadores nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas do campo, e que não possuem formação superior. O curso é direcionado também àqueles que moram no campo, buscando formar profissionais com raízes nesse local, a fim de preservar os saberes produzidos dentro das comunidades, que dizem respeito à sua cultura, às suas tradições e ao seu modo de vida no campo.

Em atenção ao perfil dos estudantes, os cursos são realizados por meio da Pedagogia da Alternância ou Regime de Alternância, no qual o currículo e as atividades pedagógicas são organizados e distribuídos em diferentes momentos: o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). Segundo Santos (2017), essa é uma metodologia que estabelece um currículo flexível para atender aos objetivos de que, em tempos e espaços alternados, os quais denomina de Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), os jovens do campo tenham condições de acesso à escolarização, aos conhecimentos científicos e aos valores produzidos em família, nas comunidades e aos saberes da terra.

É importante destacar que, embora os cursos de Licenciatura em Educação do Campo tenham seus currículos organizados em regime de alternância, esse processo formativo ainda é permeado de desafios,

como mostra o estudo realizado por Hage, Silva e Brito (2016), o qual aborda as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos durante a graduação e destaca, por exemplo, a situação das longas distâncias existentes entre as comunidades do campo – onde tais alunos residem e trabalham – e as dependências das universidades – onde realizam as atividades específicas do TU –, evidenciando a dificuldade de acesso e de permanência estudantil. Conforme o estudo, tais alunos possuem baixo poder aquisitivo e, mesmo quando estão no TU, precisam contribuir com o sustento familiar, o que, segundo os autores, implica um esforço a mais para permanecerem no curso e para custear sua manutenção na universidade, podendo de alguma forma inviabilizar a permanência, a aprendizagem e a conclusão do curso pelos estudantes (Hage; Silva; Brito, 2016).

Por esta razão, é importante refletir, estudar e debater sobre a permanência acadêmica desses estudantes, uma vez que a Licenciatura em Educação do Campo espera formar sujeitos do campo para atuar nas escolas do campo. Assim, o momento em que estão na universidade merece atenção, de forma que os principais fatores que interferem nessa formação devem ser identificados e os desafios possam ser superados a partir da implementação de políticas públicas de assistência estudantil, pensadas na perspectiva da Educação do Campo.

LEDUCARR: A Licenciatura em Educação do Campo da UFRR

A UFRR oferece dois cursos específicos para a formação de professores na área da Educação do Campo, os quais são intitulados como LEDUCARR e atendem duas áreas de concentração: Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática. Os cursos são disponibilizados em período integral, por meio da pedagogia da alternância: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Tal modalidade permite uma formação em tempos e espaços diferentes, possibilitando que o estudante inicie seu processo de formação na universidade e, posteriormente, retorne à comunidade para concluir

o ciclo de ensino-aprendizagem, resultando no exercício da práxis, a partir da interação entre teoria e prática.

A LEDUCARR na UFRR tem como marco a adesão ao PROCAMPO. Em 2010, após a aprovação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso pelo MEC e pelas instâncias deliberativas da UFRR, foi realizado o primeiro vestibular e teve sua primeira turma iniciada em 2011. Como previsto, a turma foi formada por estudantes oriundos de diversas localidades de Roraima, sendo principalmente composta por moradores de vilas, vicinais e comunidades indígenas.

Em virtude da falta de alojamentos para acomodar os acadêmicos no campus Paricarana, as aulas precisaram ser realizadas no campus Murupu, situado na área rural de Boa Vista. No entanto, após algumas reivindicações dos acadêmicos, que pleiteavam melhores condições de acomodações no período em que estavam cursando o TU, a LEDUCARR foi transferida para o campus Paricarana, devido à sua localização e à infraestrutura do campus, instalada no prédio até então nomeado como Ciclo Básico I e Ciclo Básico II. Em 2022, os prédios foram revitalizados, sendo o primeiro bloco entregue no mesmo ano, e o segundo prédio foi entregue em 2023. Após as reformas, os prédios foram reinaugurados, mas, dessa vez, reconhecidos como LEDUCARR – Bloco I e LEDUCARR – Bloco II.

A primeira turma foi desenvolvida e mantida com os recursos do PROCAMPO, o qual vigorou na instituição até 2014. Após esse período, com o encerramento do programa, a LEDUCARR foi institucionalizada na UFRR, passando a ser mantida com os recursos próprios da universidade. Após 13 anos de sua criação, o PPP do curso foi reformulado, sendo elaborado um Projeto Político do Curso (PPC) para cada área de concentração – ou seja, um para atender às especificidades da habilitação em Ciências da Natureza e Matemática e outro para a habilitação em Ciências Humanas e Sociais. Essa reformulação surgiu da necessidade de adequar o PPC a partir das experiências vividas pelos acadêmicos desde a criação do curso (UFRR, 2023).

De acordo com os PPCs (2023), o objetivo geral dessa licenciatura é formar professores, sob uma perspectiva multi e interdisciplinar, para atuar nas escolas da educação básica do campo, especialmente nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, habilitando-

-os para ministrar as disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática ou para ministrar as disciplinas de Sociologia, História, Geografia e Língua Portuguesa, no caso dos optantes pela área de concentração de Ciências Humanas e Sociais.

Desde a sua criação, a LEDUCARR já formou mais de 120 professores. Considerando o recorte temporal de 2018 a 2022, dos 82 egressos, 53 acadêmicos foram assistidos com um ou mais auxílios/bolsas da política de assistência estudantil da UFRR, conforme demonstrado na Figura 1. Ao analisar os dados, nota-se que, em 2018, 74% dos acadêmicos concluintes do curso foram beneficiados pela assistência estudantil. Em 2020, essas ações alcançaram 91% dos acadêmicos. O menor percentual registrado refere-se ao ano de 2022, período no qual foram assistidos apenas 38% dos alunos concluintes.

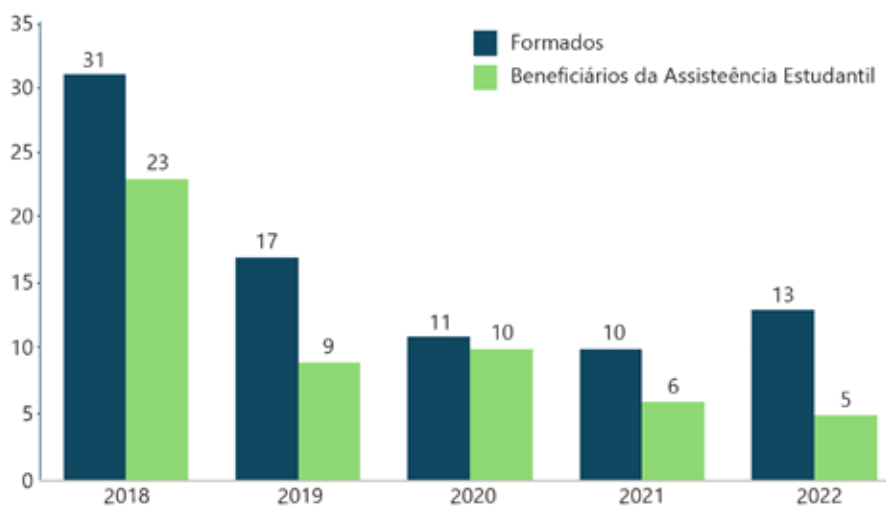


Figura 1 Quantitativo de acadêmicos formados pela LEDUCARR e beneficiados pela assistência estudantil da UFRR. *Fonte:* Elaborado pelos autores (2023).

Ao longo da sua trajetória, a LEDUCARR alcançou algumas conquistas, como foi o caso dos dois blocos citados anteriormente, destinados ao desenvolvimento das atividades no campus Paricarana. Quanto ao corpo docente, a LEDUCARR conta com 15 professores efetivos, em regime de dedicação exclusiva – sendo 13 doutores e dois mestres –, os quais ingressaram a partir de 2014, quando foi realizado o primeiro concurso público para provimento dos cargos de professores do curso.

Outro destaque diz respeito ao acesso direto dos alunos à moradia estudantil. Em 2022, mediante acordo entre a gestão do curso, a reitoria e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), foram disponibilizadas 15 vagas na residência universitária para acomodar os acadêmicos da licenciatura. Essa iniciativa representa uma importante estratégia de permanência, ao oportunizar um local de moradia para estudantes provenientes de outras localidades que não dispõem de condições para se manter em Boa Vista durante o período do Tempo Universidade (TU).

Outro avanço relevante foi a aprovação da Lei nº 1.771, de 16 de janeiro de 2023, que alterou o art. 18 da Lei nº 892/2013 – dispositivo que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB) –, permitindo o ingresso, por meio de concurso público, de professores graduados em Licenciatura em Educação do Campo nos cargos da carreira do magistério, com habilitação em Linguagens, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Matemática. Ainda em 2023, outra conquista significativa refere-se à avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC), ocasião em que a LEDUCARR obteve nota 5, atingindo o conceito máximo nos critérios de avaliação institucional.

Considerando o contexto de Roraima, a LEDUCARR tem possibilitado o ingresso de acadêmicos oriundos de diversas regiões do estado, como ilustrado na Figura 2, a qual retrata a localidade de moradia dos 78 estudantes matriculados no primeiro semestre de 2023. De acordo com os dados, nota-se que os discentes são provenientes de quase todos os municípios do estado – dos 15 municípios que compõem Roraima, 13 foram apontados como local de origem dos estudantes da LEDUCARR.

Observa-se que a maioria dos acadêmicos não reside no município de Boa Vista, representando 69% do total. Destes, 61% moram em áreas rurais, como vilas, vicinais e comunidades indígenas. Esses dados evidenciam que o curso tem conseguido atingir seu público-alvo, uma vez que “as populações do campo, em Roraima, vivem em locais diversos, como pequenas cidades, vilas, comunidades ribeirinhas, assentamentos, acampamentos, áreas extrativistas e áreas de colonização” (UFRR, 2023, p. 10).

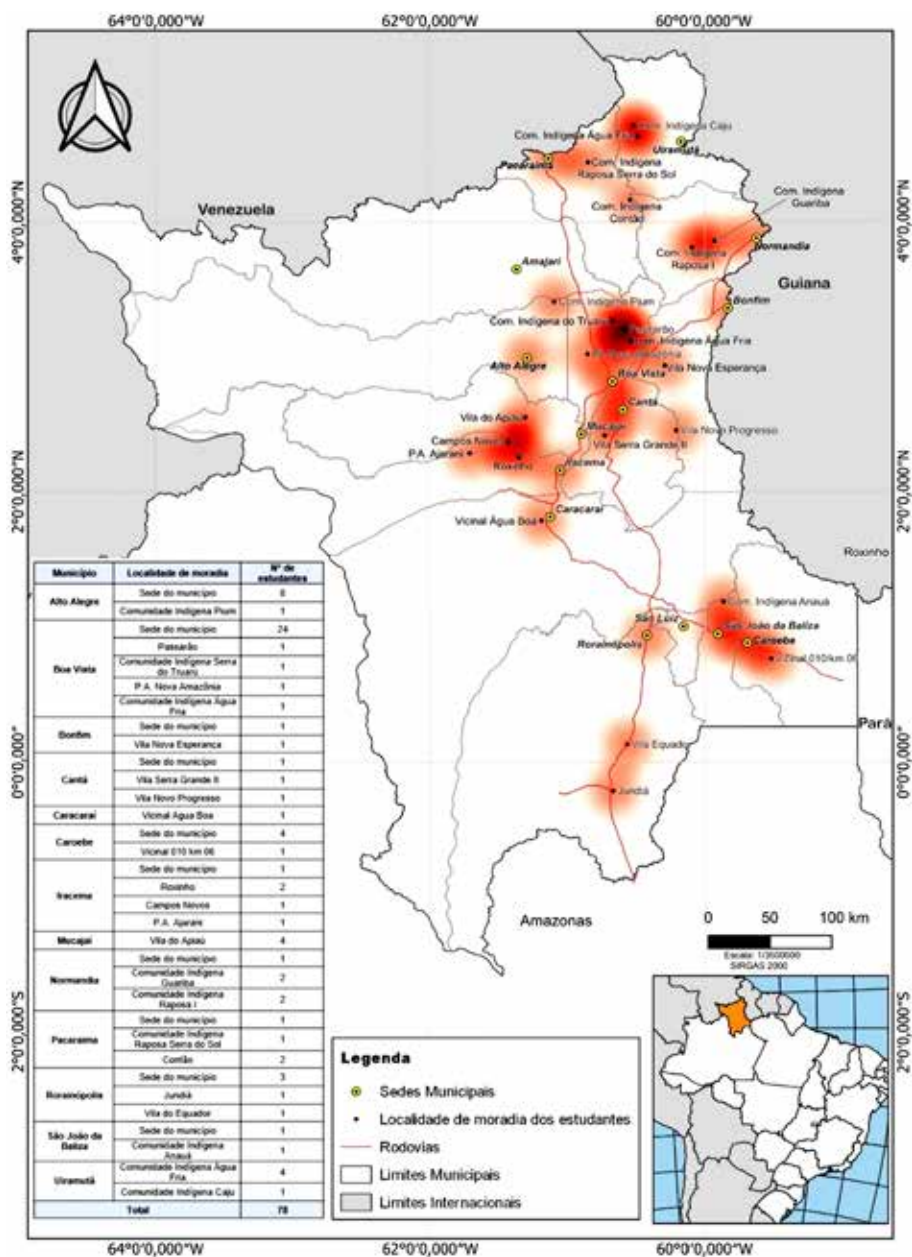


Figura 2 Localidade de moradia dos acadêmicos da LEDUCARR matriculados no primeiro semestre de 2023. Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Perfil dos Entrevistados

Conforme os procedimentos metodológicos estabelecidos, a amostra de entrevistados resultou na participação de sete acadêmicos regularmente matriculados nos cursos da LEDUCARR. Desse modo, com o propósito de traçar o perfil desses estudantes, foram analisados os dados coletados referentes à situação familiar e socioeconômica.

A pesquisa revelou que, dentre os participantes, três eram do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Com relação à faixa etária, os entrevistados possuíam idades entre 18 e 39 anos. No que se refere ao estado civil, seis acadêmicos relataram estar solteiros, sendo apenas um casado. Quanto à origem, a pesquisa evidenciou que todos os entrevistados são naturais de Roraima – quatro indígenas e três não indígenas –, cujos pais são roraimenses ou oriundos de outras regiões do país, com predominância da Região Nordeste.

Em relação ao perfil socioeconômico, a pesquisa revelou que 57% dos entrevistados não estavam trabalhando. Dentre os que relataram estar em atividade profissional, destacaram-se as seguintes ocupações: a) professor de língua materna em escola indígena, com vínculo de trabalho temporário; b) trabalhador autônomo em fazendas da comunidade, de forma esporádica; e c) agricultor familiar. Em contrapartida, entre os acadêmicos que relataram não estar trabalhando, 29% mencionaram que sua renda é proveniente do programa de transferência de renda Bolsa Família, subsidiado pelo governo federal, e 14% informaram que sua renda advém do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Sobre as ocupações do grupo familiar, 86% dos entrevistados relataram que um ou mais integrantes da família exercem algum tipo de atividade remunerada. A análise dos dados permite perceber que a maioria dos entrevistados se insere em um contexto familiar cuja principal fonte de renda advém da agricultura familiar, com produção voltada tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização na comunidade, cultivando frutas, hortaliças e realizando a criação de galinhas e gado. No caso das famílias indígenas, além do cultivo de mandioca, há a produção de farinha para venda – prática típica da cultura indígena. Diante dos dados obtidos, nota-se um perfil caracterís-

tico de moradores de comunidades do campo entre os entrevistados, ainda que com particularidades individuais.

Ações de Assistência Estudantil para Acadêmicos da LEDUCARR

Nesta seção, apresentamos uma análise das informações relatadas pelos próprios entrevistados, a fim de responder se as ações de assistência estudantil da UFRR oferecidas aos acadêmicos da LEDUCARR estão contribuindo para sua permanência na instituição.

Para tanto, na busca pela presente resposta, os pesquisados foram questionados se, além da moradia estudantil, teriam outro lugar para se hospedar. Como resultado, 57% informaram que sim, sendo a residência de algum familiar. Contudo, apesar de terem moradia para se hospedar na cidade durante as atividades do TU, ainda assim optaram pela ResU, devido à localização e à distância entre a segunda opção de moradia e o campus.

A pesquisa revelou que o alojamento estudantil é uma forma de assistência fundamental para a permanência de todos no curso. Além disso, é interessante destacar que dois entrevistados enfatizaram que não teriam outro lugar para se hospedar e, portanto, fizeram a escolha direcionada pela LEDUCARR, pensando na acomodação. Esses relatos evidenciam a importância de os cursos de Licenciatura em Educação do Campo disporem de um local específico para alojar seus acadêmicos.

Segundo Imperatori (2017), dentre os fatores relevantes que possibilitam a permanência do acadêmico na universidade, o auxílio à residência estudantil contempla cerca de 2,5% dos estudantes que moram em residências universitárias no país. Na Região Norte, esse percentual é ainda menor, correspondendo a apenas 0,63% dos acadêmicos que recorrem à residência estudantil.

Além da ResU, o transporte também demanda ações de assistência estudantil na universidade, sendo um fator relevante que impacta diretamente a permanência dos acadêmicos e, consequentemente, uma importante modalidade a ser contemplada. Sobre esse quesito, a

maioria dos entrevistados relata que eles mesmos arcam com as despesas de transporte ou contam com o apoio de seus familiares, o que representa 71% dos participantes. Entretanto, há também aqueles que recebem o auxílio-transporte, sendo apenas 29% dos pesquisados. Nesse sentido, percebe-se que os acadêmicos não contemplados com o auxílio-transporte acabam recorrendo aos familiares ou utilizam o valor recebido por meio de outras bolsas de fomento, como o PIBID, para custear despesas que poderiam ser atendidas pela política de assistência estudantil. Isso se justifica, visto que a modalidade transporte está prevista no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como uma das finalidades específicas do recurso.

De acordo com Silva (2021), cerca de 51,4% dos estudantes se deslocam para as IFES utilizando transporte público; 20,3%, transporte próprio; 16,1% deslocam-se a pé; 3,9%, de bicicleta, sendo esse o mesmo percentual para o uso de carona; 3,8%, transporte locado; e 0,6%, táxi ou mototáxi. Logo, fica evidente que o transporte se destaca como uma das variáveis que podem estar associadas a condições menos favoráveis para o acesso a uma educação plena.

No entanto, a pesquisa aponta o recebimento da bolsa promovida pelo PIBID, utilizada pelos entrevistados como auxílio assistencial. Todavia, esse programa não integra as ações de assistência estudantil no âmbito do PNAES. Isso demonstra que a falta de recursos financeiros não está sendo suprida diretamente pelo PNAES, levando esses sujeitos a recorrerem a outros órgãos de fomento para atender às suas necessidades durante o período na instituição. Cabe mencionar ainda que as diretrizes do PNAES sobre a assistência estudantil também se efetivam em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência dos estudantes em seus cursos de graduação.

Em complemento a essas ações, os acadêmicos da LEDUCARR, durante o período das atividades do TU, ficam alojados na ResU, cuja assistência se enquadra na área de moradia estudantil, também prevista no PNAES. Contudo, mesmo prestadas de forma conjunta, essas ações não atendem integralmente às necessidades dos acadêmicos, pois representam uma assistência reduzida, que não alcança as condições sociais mínimas para a permanência do estudante na instituição de forma digna. Dutra e Santos (2017, p. 158) ressaltam que:

[...] a possibilidade de ingressar em uma universidade distante de sua cidade ou mesmo estado gera uma demanda por apoio a esse universitário para garantir sua permanência e conclusão do curso na Instituição escolhida, cabendo à assistência estudantil cumprir esse papel.

Em 2022, mediante acordo entre a gestão do curso, a Reitoria e a PRAE, passaram a ser reservadas 15 vagas na moradia estudantil para alojar os acadêmicos da LEDUCARR com ingresso direto, ou seja, sem a necessidade de trâmites seletivos. Esse acordo, embora beneficie o estudante no quesito moradia durante o TU, impacta no acesso direto ao restaurante universitário (RU), uma vez que os residentes regulares da ResU têm direito a quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche e jantar), de segunda a sexta-feira. Nesse sentido, é pertinente destacar que o acesso direto à moradia, sem os ritos do processo seletivo, não garante o mesmo acesso direto à alimentação, sendo necessário que o aluno participe do processo seletivo de concessão do vale-alimentação para que tenha direito ao almoço e ao jantar. Assim, os residentes temporários não são atendidos integralmente como os residentes regulares.

Apoiado nisso, Kowalski (2012) salienta que o programa de assistência estudantil não visa apenas oferecer amparo financeiro, mas também tem como finalidade atender aos acadêmicos em suas necessidades culturais e educacionais, oferecendo um apoio mais amplo, com aplicação direta naquilo que contribui para sua formação acadêmica, como: auxílio-transporte, acesso ao RU, assistência à saúde, auxílio-creche, bolsas assistenciais, entre outros.

Nesse contexto, buscando compreender de modo mais amplo as necessidades dos acadêmicos, questionou-se se o valor dos auxílios e bolsas seria suficiente para atender às suas necessidades básicas. A maioria dos entrevistados afirmou que o auxílio recebido não é suficiente para a permanência na universidade – 57% apontaram que os benefícios são válidos apenas nos dias úteis da semana. Isso significa que, em feriados e fins de semana, as despesas são custeadas pelo próprio aluno, de modo que alimentação e transporte acabam ultrapassando seu orçamento. Vale ressaltar que os acadêmicos contemplados

com mais de um auxílio conseguem se manter, mas a maioria tende a buscar alternativas, como atividades remuneradas em horários opostos aos das aulas, o que pode comprometer o tempo destinado ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Tal resultado evidencia uma questão importante que precisa ser analisada pela instituição: a falta de assistência nos finais de semana e feriados. Isso faz com que as necessidades básicas dos estudantes, que permanecem alojados na universidade por, em média, 45 dias durante o período do TU, não sejam devidamente supridas.

Dutra e Santos (2017) salientam que as ações de assistência ao estudante devem levar em consideração a complexidade do ser humano. Os autores mencionam ainda que, apesar de haver um aumento significativo dos recursos repassados às IFES para o custeio das assistências estudantis, estes ainda são bastante insuficientes para atender à crescente demanda, decorrente dos programas voltados à expansão e democratização do ensino superior federal, como o REUNI, o ENEM, o SISU e a Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012).

Diante desses apontamentos, a pesquisa analisou se as ações de assistência estudantil da UFRR estão contribuindo para a permanência dos estudantes na instituição. Nesse sentido, todos os alunos relataram que as ações de assistência estudantil recebidas são fundamentais para a sua permanência no curso, pois a grande maioria não trabalha e suas famílias não possuem renda suficiente para custear todas as despesas com moradia, alimentação e transporte. O acesso à moradia estudantil, assim como o auxílio-alimentação, representam ações significativas que impactam diretamente na permanência estudantil, como enfatizado principalmente pelos entrevistados.

De modo geral, a assistência recebida é considerada insuficiente, mas ainda assim é fundamental e contribui para a permanência estudantil. Segundo o Fonaprace (2012), a assistência estudantil é uma ferramenta importante e fundamental no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, é válido considerar que tanto as ações de assistência básica quanto as ações de assistência ampliada são articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando, fundamentalmente, à melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida do estudante no contexto da educação superior.

Mediante as informações obtidas, nota-se que os acadêmicos da LEDUCARR estão sendo subsidiados com as ações de assistência estudantil da UFRR e, mesmo tendo acesso a poucos tipos de auxílios, consideram que a assistência recebida contribui para a sua permanência no curso. Foram levantados dados para identificar quais políticas públicas de assistência estudantil são ofertadas aos acadêmicos da LEDUCARR. A pesquisa documental revelou que as ações de assistência estudantil prestadas a esses estudantes ocorrem por meio da Resolução nº 022/2012, pela ResU, pela Bolsa Pró-acadêmico e pela Bolsa Permanência do MEC.

No período de 2018 a 2022, os acadêmicos da LEDUCARR acessaram dez tipos de auxílios, a saber: vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte, vale-moradia, reprografia, emergencial, inclusão digital, material de ensino, creche e a Bolsa Pró-acadêmico (Tabela 1). Nesse sentido, observa-se que o vale-alimentação foi o auxílio mais acessado pelos acadêmicos da LEDUCARR. Nos anos de 2018 e 2019, foram assistidos com esse auxílio, respectivamente, 49% e 60% dos alunos matriculados. Já em 2020, dos 112 alunos matriculados no curso (Figura 3), 54% foram contemplados com o vale-alimentação.

Tabela 1 Quantitativo de auxílios concedidos aos acadêmicos da LEDUCARR no período de 2018 a 2022.

Auxílio	2018	2019	2020	2021	2022
Auxílio vale-alimentação	49	60	0	0	29
Auxílio vale-refeição	66	8	2	12	9
Auxílio vale-moradia	4	0	1	1	4
Auxílio vale-transporte	0	0	0	0	2
Auxílio emergencial	37	4	0	11	0
Auxílio reprografia	5	0	0	0	0
Auxílio inclusão digital	0	0	27	11	11
Bolsa pró-acadêmico	8	5	1	14	2
Creche	0	0	0	0	3
Material de ensino	0	0	0	7	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É válido lembrar que o vale-alimentação integra uma das principais áreas de atendimento das PNAES, a qual demanda atenção das IFES devido ao grande impacto que esse tipo de auxílio tem na permanência do estudante ao promover o acesso à alimentação. De modo complementar, o vale-refeição beneficiou 56% dos alunos matriculados em 2018, sendo o único ano a atingir essa margem. Nos anos de 2019 a 2022, o percentual de acadêmicos assistidos com o auxílio-refeição não ultrapassou 15%, ficando grande parte dos acadêmicos desassistidos.

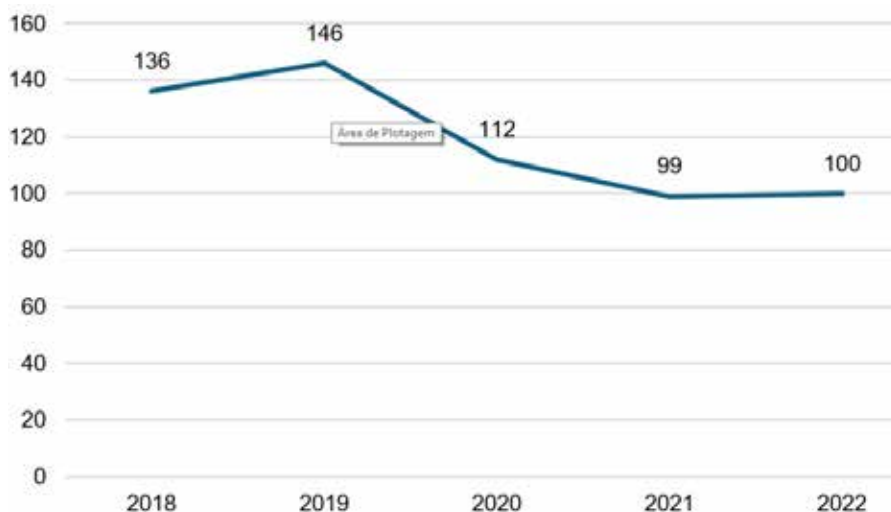


Figura 3 Número de acadêmicos matriculados na LEDUCARR. *Fonte:* Elaborado pelos autores (2023).

Os dados revelam que, dos dez tipos de auxílios listados, se analisados em comparação com todas as áreas do PNAES, nota-se que há áreas não contempladas, as quais não estão sendo acessadas pelos acadêmicos da LEDUCARR, tais como: esporte, cultura, saúde, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em contrapartida, a prevalência da assistência estudantil está voltada para o atendimento da modalidade alimentação. Quanto aos demais auxílios, observa-se um percentual baixo de estudantes assistidos: o auxílio-creche atendeu apenas a 3% dos alunos matriculados em 2022; o auxílio-moradia atendeu entre 3% e 4% dos alunos

matriculados nos anos de 2018 e 2022, respectivamente, sendo que, de 2019 a 2021, não chegou a essa margem. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que as áreas menos acessadas por esses acadêmicos foram: moradia, transporte, creche e apoio pedagógico, cujos dados revelaram que não atendem nem 10% dos alunos matriculados nesse recorte.

No entanto, é oportuno destacar que a dificuldade de acesso às ações de assistência estudantil por parte desse público pode ter relação com a falta de conhecimento dos estudantes acerca do que é a política de assistência estudantil da universidade, pois, dentre os entrevistados, 71% informaram não ter conhecimento sobre essa política na instituição.

Outro fator que inviabiliza o acesso dos acadêmicos ao recebimento dos auxílios no âmbito do PNAES pode estar relacionado ao fato de o estudante não estar inscrito no Cadastro Único da PRAE. A partir dos dados levantados, observou-se que, dentre os 78 acadêmicos matriculados no primeiro semestre de 2023, apenas 27 estão aprovados no Cadastro Único, representando 35% dos estudantes aptos a concorrer aos auxílios e bolsas ofertados com recursos do PNAES. Quanto aos demais estudantes que não estão no banco de dados do Cadastro Único, podemos apontar dois principais motivos: i) a não adesão do estudante ao Cadastro Único; e ii) o não atendimento dos critérios estabelecidos em edital, que é um dos principais motivos que acarreta o indeferimento do estudante, pois está relacionado à documentação de comprovação de renda.

Considerando o público entrevistado, 57% estão com *status* aprovado no Cadastro Único. Entretanto, visando compreender a percepção dos estudantes acerca do processo de adesão ao Cadastro Único da PRAE, os entrevistados foram questionados se tiveram dificuldades para efetuar sua inscrição ou para ter acesso aos auxílios, e a resposta foi unânime: todos relataram dificuldades, principalmente nas documentações de comprovação de renda familiar, sendo destacado por 57% dos entrevistados.

De acordo com França et al. (2020), para que os estudantes sejam contemplados com os benefícios e auxílios do PNAES, é preciso comprovar seu perfil de vulnerabilidade socioeconômica a partir dos seguintes critérios: composição familiar, renda dos familiares, situação

de saúde dos membros da família, situação de escolaridade dos dependentes, grau de instrução e ocupação dos pais, bens patrimoniais da família, curso do aluno, moradia do aluno e meios de transporte utilizados.

Nesse sentido, Silva (2022), após conhecer os requisitos estabelecidos pelas instituições para que o aluno possa receber os benefícios de assistência estudantil, destaca que as demais IFES geralmente seguem os mesmos passos e processos da UFRR, cujos requisitos exigidos para que o aluno participe do cadastro socioeconômico são semelhantes entre as instituições, sendo apresentados no edital.

Diante das informações obtidas, nota-se que a UFRR não tem uma política de assistência estudantil específica para atender às singularidades dos cursos de alternância. Nesse sentido, vale salientar que existe uma política pública, amparada na Resolução nº 022/2012, que visa atender a todos os discentes da instituição, mas é uma política de caráter geral, que não atende às necessidades e particularidades dos acadêmicos da LEDUCARR, sendo de caráter seletivo e não universal. Carvalho (2019) destaca que, após o ingresso dos estudantes da LEDUCARR na universidade, abre-se um período de desafios sociais a serem superados, os quais estão relacionados a se manter na universidade, atender aos quesitos acadêmicos e colar grau, o que requer a consolidação das ações de assistência estudantil enquanto suporte necessário aos estudantes da instituição.

Condições de Permanência dos Acadêmicos da LEDUCARR

Para compreender as condições de permanência dos acadêmicos da LEDUCARR na UFRR, o presente estudo apontou, inicialmente, o contexto de inserção e os meios que os acadêmicos apresentam para dar continuidade aos seus estudos, tendo em vista as condições econômicas, sociais e espaciais nas quais estão inseridos, pois nem todos os estudantes nasceram ou residem na cidade onde está localizado o campus Paricarana.

Os dados revelam que os entrevistados representam uma parcela de estudantes que precisam deixar seu local de moradia para ter acesso ao ensino superior em uma universidade pública que, muitas vezes, está localizada na capital do estado. Diante disso, é importante ressaltar que a questão da distância entre os locais de moradia dos acadêmicos e o local de realização das atividades do curso é um aspecto relevante que pode impactar na evasão e, conseqüentemente, na permanência dos acadêmicos nos cursos superiores. Segundo Barroso et al. (2022), tanto a distância percorrida quanto o tempo demandado pelo aluno para exercer o processo de ir e vir da universidade contribuem para a diminuição da realização dos trabalhos e atividades, sendo fatores que podem servir de parâmetro para a evasão dos cursos de nível superior.

Considerando esses aspectos, os acadêmicos foram questionados se recebem algum incentivo dos familiares para prosseguirem com os estudos. Dentre os relatos, ficou evidente que o apoio familiar é fundamental para os alunos darem continuidade aos seus estudos, pois, independentemente da faixa etária ou nível de escolaridade, a família representa a base para a permanência desses estudantes na universidade.

Quanto ao aspecto moradia, os acadêmicos foram questionados sobre a infraestrutura da ResU, se a consideram adequada para recebê-los e se atende às suas necessidades básicas. De acordo com os relatos, para a maioria, a moradia estudantil é um ambiente adequado e atende às necessidades dos acadêmicos. Mesmo assim, 57% dos entrevistados apontaram algumas falhas estruturais, como a presença de apenas uma saída de emergência, que gera preocupação em caso de acidentes, e a falta de ar-condicionado nos quartos. Em Roraima, de modo geral, o clima é predominantemente quente, ou seja, a instalação de ar-condicionado nos dormitórios torna-se relevante, a fim de proporcionar um ambiente com condições mais confortáveis aos alunos.

Quanto aos aspectos distância e tempo, segundo os entrevistados, é preferível permanecer no campus, de modo que optam por sair apenas quando há algum feriado prolongado ou para cumprir com obrigações civis, como votar, pois consideram que não compensa re-

tornar todo final de semana ou a cada 15 dias à sua moradia, devido ao custo elevado das passagens, que variam de R\$ 90,00 a R\$ 110,00, dependendo da localidade de destino. Nesse sentido, vale lembrar que nem todos possuem renda fixa ou recebem algum auxílio para essa finalidade. Segundo Barroso et al. (2022), as questões relacionadas ao nível socioeconômico e à área de residência são fatores do contexto financeiro, com influência no resultado de evadir ou permanecer no ensino superior.

No que diz respeito ao custo com a alimentação, sabe-se que esse tipo de necessidade básica impacta diretamente no orçamento dos acadêmicos. De acordo com os dados obtidos, apenas 43% dos entrevistados recebiam auxílio alimentação e, por essa razão, precisavam fazer suas próprias refeições na cozinha da ResU, uma alternativa adotada para evitar maiores custos com alimentação externa. Diante das falas coletadas, foi possível perceber que, assim como a residência, a alimentação é um fator que os acadêmicos apontam como de fundamental importância para a permanência estudantil, pois, sem o auxílio alimentação, consideram que ficaria difícil se manterem no campus, devido ao preço elevado dos alimentos e aos custos com a manutenção da cozinha.

Nesse sentido, cabe mencionar a importância do auxílio alimentação, que atua na concessão alimentar diária para o acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que ele possa desempenhar, prioritariamente, suas atividades pedagógicas no campus (Costa, 2021).

Ao considerar os aspectos sociais e econômicos dos acadêmicos, os entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de interromper o curso por questões financeiras ou por falta de moradia. Os acadêmicos mencionaram que, apesar dos desafios financeiros, nunca consideraram trancar o curso, mas também ressaltaram que a manutenção no campus tem um valor elevado, pois, apesar de serem contemplados com a moradia estudantil, muitos têm dificuldades financeiras para dar continuidade aos estudos.

Conforme Costa (2021), diversos são os fatores que motivam a evasão no ensino superior, como a falta de tempo para conciliar as atividades acadêmicas, os gastos com deslocamentos, as dificuldades

financeiras e até mesmo questões psicológicas relacionadas à pressão acadêmica que permeia o ensino superior.

Com relação à motivação para a permanência no curso, entre as falas dos entrevistados destacam-se: o acesso à ResU, a receptividade dos professores, o sonho de concluir uma graduação, os auxílios recebidos e o apoio familiar. Nesse sentido, Almeida (2019) aponta que a política de assistência estudantil contribui para garantir a permanência e a conclusão da graduação de muitos estudantes, além de atuar como uma importante ferramenta na construção de possibilidades para tentar superar as desigualdades de permanência na educação superior, por meio de subsídios financeiros para custear a manutenção dos acadêmicos no campus universitário.

Para uma melhor compreensão das condições de permanência dos acadêmicos da LEDUCARR, a pesquisa questionou se os estudantes teriam condições de permanecer estudando sem os auxílios e bolsas que recebem da UFRR. Nesse momento, os estudantes foram unânimes ao afirmar que não teriam como se manter na cidade para continuar estudando sem a concessão dos auxílios e bolsas. Os acadêmicos apontam que tais benefícios não são apenas um incentivo financeiro, mas representam uma extensão necessária para sua permanência na universidade.

Portanto, a entrevista realizada apontou para o entendimento de como esses acadêmicos estão sendo recebidos e assistidos na UFRR. A pesquisa, de modo geral, mostrou um panorama sobre as condições de permanência dos acadêmicos na instituição, trazendo evidências sobre o contexto em que se encontram, sendo possível perceber se as ações de assistência estudantil têm proporcionado auxílios efetivos e melhores condições de permanência na UFRR, para que esses alunos não interrompam os estudos por motivos associados às condições financeiras.

Conclusão

A implantação da LEDUCARR na UFRR surgiu da necessidade de formar educadores para atender às demandas das escolas da educação básica situadas no campo, especialmente no contexto de Roraima.

Em contrapartida, sinaliza seu papel social ao promover a inclusão dos moradores e trabalhadores do campo no ensino superior.

Com relação ao modelo de promoção da LEDUCARR, ficou evidente que a pedagogia da alternância corrobora para a permanência estudantil desses sujeitos, mas essa metodologia precisa estar aliada a outras ações, para que seja capaz de atender às reais necessidades dos acadêmicos quando estão no TU.

A presente pesquisa, ao analisar os fatores que contribuem para a permanência dos sujeitos do campo na universidade, mostrou que a política pública de assistência estudantil promovida pela UFRR não atende a toda a demanda institucional, assim como não foi identificada uma ação de assistência estudantil específica para atender às especificidades da LEDUCARR.

As ações de assistência estudantil promovidas aos acadêmicos da LEDUCARR, embora consideradas insuficientes, são apontadas como relevantes e têm contribuído para a permanência desses sujeitos na instituição. Mesmo prestada de forma mínima, todos concordam que, sem os auxílios e o acesso à ResU, não seria possível dar prosseguimento à graduação.

Torna-se oportuno destacar que, dos 15 auxílios que integram a política pública de assistência estudantil da UFRR, os acadêmicos da LEDUCARR estão acessando apenas três: o vale-alimentação, o vale-refeição e o vale-transporte. Isso revela que esse público não está sendo assistido com todas as áreas contempladas pelo PNAES.

Diante do exposto, a pesquisa confirma a importância das políticas públicas de assistência estudantil para a permanência dos acadêmicos da LEDUCARR na UFRR. Ao mesmo tempo, revela a importância de implantar ações mais efetivas e que possam atender às especificidades dos estudantes que moram no campo – a exemplo da necessidade de moradia estudantil.

Portanto, conclui-se que é urgente a promoção de um diálogo entre os gestores e a comunidade acadêmica, para que os estudantes sejam ouvidos e novas estratégias de enfrentamento aos entraves relativos à permanência e à conclusão do curso sejam elaboradas. É evidente que a UFRR tem buscado inserir os sujeitos do campo na graduação – mesmo assim, a necessidade de ampliar as ações de as-

sistência estudantil é real –, para que a política seja desenvolvida em uma perspectiva universal. Afinal, uma universidade democrática e plural não se limita à inclusão social, mas também deve ser dotada de condições dignas para a formação integral de todos os públicos no ensino superior.

Referências

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/868>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais**: um recorte do semiárido potiguar. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do Campo: movimentos sociais e formação docente. In: DALBEN, Ângela *et al.* (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 478-488, 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, Paula Cristina Freitas *et al.* Fatores de evasão no ensino superior: uma revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022228736>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010.

CARVALHO, Kleiton Luiz. **Licenciatura em educação do campo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**: um estudo sobre o acesso e permanência. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) *et al.* **II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. 02 a 06 de agosto de 2004. Luziânia-GO. Disponível em: https://www.moc.org.br/download/30-05-2007_21_06_26.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.

COSTA, Danyla Martins Rezende da. **A perspectiva do discente e os fatores de evasão escolar: estudo de caso no Instituto Federal Goiano**.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2021.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 148-181, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006> Acesso em: 23 set. 2023.

FRANÇA, Patrícia Dayane *et al.* A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas relações com o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. **Revista Espacios**, v. 41, n. 48, p. 218-235, 2020. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a20v41n48/a20v41n48p16.pdf> Acesso em: 24 set. 2023.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. **Educação Superior do Campo: desafios para a consolidação da Licenciatura em Educação do Campo. Educação em Revista**, v. 32, p. 147-174, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698162036> Acesso em: 14 out. 2023.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOLINA, Monica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, n. 55, p. 145-166, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39849> Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História Da Educação Do Campo No Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 210–224, 2017. DOI: 10.12957/teias.2017.24758. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24758>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, Luciana Sampaio da. **Proposta de Metodologia para a Avaliação as Políticas de Assistência Estudantil das Universidades Federais a partir do PNAES**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo: ciências humanas e sociais**. Boa Vista: UFRR, 2022.